

REPERCUSSÕES UROGINECOLÓGICAS EM MULHERES QUE SOFREM VIOLÊNCIA

UROGYNECOLOGICAL CONSEQUENCES IN WOMEN EXPERIENCING VIOLENCE

**SILVA, Bruna Vitória Torres da¹
AMORIM, Kamille Balsanello de²
POSTÓL, Monica Karina³**

PALAVRAS-CHAVE: Violência; mulher; disfunções; uroginecológicas.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um problema mundial, que ocorre nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, gerando um impacto negativo muito grande na vida da mulher. Segundo a Lei n 11.340/2006 sancionada em agosto de 2006 e institucionalizada no ano de 2025 como Lei Maria da Penha. O artigo 7, capítulo 2 e incisos I, II, III, IV e V, compreendem a violência como: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Dados recentes da Organização Mundial da Saúde apontam que aproximadamente uma em cada três mulheres no mundo já sofreu algum tipo de violência física ou sexual ao longo da vida, sendo esse fator diretamente associado ao desenvolvimento de disfunções pélvicas e sexuais (Melo et al., 2024). No Brasil, estudos mostram que a violência sexual está entre as principais causas de queixas uroginecológicas em mulheres atendidas em serviços especializados, revelando a necessidade urgente de políticas públicas que integrem prevenção, acolhimento e reabilitação (Amorim et al.,

¹ Acadêmica da Graduação de Fisioterapia. Associação Catarinense de Ensino – ACE. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9646160169081148>. E-mail: bruna.vitoriats@gmail.com.

² Acadêmica da Graduação de Fisioterapia. Associação Catarinense de Ensino – ACE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2826914767892768>. E-mail: kamilleamorim24@gmail.com.

³ Especialista. Associação Catarinense de Ensino - ACE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5001529211493806>. E-mail: monica.postol@ace.br.

2023). Apesar dos avanços legislativos, como a Lei Maria da Penha, ainda persiste a alta prevalência de agressões e a subnotificação dos casos. (Sousa; Uchôa; Barreto, 2024). As unidades de saúde especializadas, mesmo com limitações estruturais e de formação profissional, desempenham papel fundamental na acolhida, tratamento e encaminhamento das vítimas, reforçando a importância da abordagem multidisciplinar e da humanização no cuidado (Melo et al., 2024).

Entre os efeitos dessa problemática, destacam-se as repercussões uroginecológicas, que incluem disfunções sexuais, dor pélvica, alterações miccionais e consequências psicossociais. A fisioterapia, em especial a fisioterapia pélvica, tem papel essencial nesse processo, ao atuar tanto na prevenção como no tratamento de sequelas físicas e emocionais decorrentes da violência, favorecendo a recuperação funcional e a qualidade de vida (Bessa et al., 2024; Amorim et al., 2023). Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho é descrever as principais disfunções uroginecológicas relacionadas aos diversos tipos de violência contra a mulher.

METODOLOGIA

O trabalho tem característica exploratória, com o objetivo de ressaltar os impactos da violência na vida da mulher, principalmente no aspecto uroginecológico. A pesquisa é de carácter quantitativo e qualitativo. Para o desenvolvimento do trabalho foram selecionados artigos publicados nos últimos cinco anos, incluindo artigos em inglês e português, nas bases como SciELO, legislações e documentos institucionais de organizações nacionais e internacionais (site oficial da ONU), utilizou-se conteúdos disponíveis no site oficial da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2025).

REPERCUSSÕES FISIOLÓGICAS DA VIOLÊNCIA

Segundo os dados da ONU (Organização das Nações Unidas), em 2023 cerca de 85.000 mil mulheres foram mortas mundialmente, por seus parceiros íntimos ou membros da família, a organização ainda aponta que uma em cada três mulheres no mundo já sofreu violência física ou sexual, representando cerca de 736 milhões de vítimas entre 2000 e 2018. No Brasil, a pesquisa “visível e invisível” estimou que, apenas em 2022, 18,6 milhões de brasileiras maiores de 16 anos sofreram algum tipo de violência, sendo os xingamentos e ofensas verbais os mais frequentes, seguidos por agressões físicas e abusos sexuais (Sousa; Uchôa; Barreto, 2024).

As mulheres vítimas de violência sofrem impactos que extrapolam as marcas físicas, alcançando dimensões emocionais profundas, do ponto de vista físico, destacam-se as disfunções uroginecológicas, como dor pélvica, vaginismo, dispareunia e alterações miccionais, que comprometem diretamente a saúde sexual e reprodutiva (Bessa *et al.*, 2024). Já no âmbito emocional,

Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares (Edição Especial – Agosto Lilás).

Joinville, v. 1, n. 1, agosto, 2025. pp. 27-31. ISSN 2675- 7826.

os efeitos são amplos e incluem ansiedade, insônia, crises de pânico, baixa autoestima, depressão, estresse pós-traumático, transtornos alimentares, dependência emocional e financeira, que impactam de forma significativa a qualidade de vida (Silva *et al.*, 2023). Além disso, a permanência no ciclo de violência pode gerar dependência emocional, insegurança e medo constante, dificultando o rompimento com o agressor e agravando o sofrimento psicológico e social dessas mulheres (Figueira, 2020).

A violência sexual, pode contribuir para o desenvolvimento de algumas disfunções sexuais, como anorgasmia, vaginismo, dispareunia, dor pélvica, baixa da libido e ressecamento vaginal. (Amorim *et al.*, 2023) As técnicas do tratamento fisioterapêutico podem variar entre terapia manual, alongamento e relaxamento muscular, assim como a utilização de recursos de eletroestimulação e cinesioterapia dos músculos que constituem o assoalho pélvico (Bessa *et al.*, 2024).

Os estudos corroboram que o tratamento fisioterapêutico em disfunções uroginecológicas associados a violência, é eficaz para a melhora da anorgasmia, vaginismo, dispareunia, dor pélvica, ressecamento vaginal decorrentes dos diversos tipos de violência sofridos por essas mulheres, além da melhora da contração muscular do assoalho pélvico, favorecendo a consciência corporal, melhorando consequentemente a saúde física e psicológica, além de aumentar a autoconfiança e a autoestima. (Bessa *et al.*, 2024)

Porém pesquisas recentes apontaram que o ambiente terapêutico contribui para a excelência do tratamento, por conseguinte, o uso de iluminação e sons adequados associados a exercícios relaxantes, além da utilização da respiração diafragmática, se mostraram efetivos para mulheres que sofreram violência sexual, assim o uso de práticas integrativas e complementares, como a aromaterapia, contribui significativamente para o relaxamento e por consequência os distúrbios emocionais decorrentes da violência sofrida (Bessa *et al.*, 2024).

Além das repercussões físicas, observa-se que a violência gera consequências emocionais que impactam diretamente a adesão ao tratamento fisioterapêutico. Muitas mulheres relatam medo, vergonha ou resistência ao toque terapêutico, fatores que podem prolongar o tempo de reabilitação (Silva; Oliveira; Ferreira, 2023). Nesses casos, torna-se indispensável que a fisioterapia seja articulada a uma rede interdisciplinar, envolvendo psicologia, serviço social e ginecologia, garantindo um cuidado integral e humanizado (Bessa *et al.*, 2024).

Outro aspecto importante é a relação entre dor pélvica crônica e experiências prévias de violência, estudos recentes destacam que a perpetuação da dor não está apenas ligada a danos musculoesqueléticos, mas também a memórias traumáticas que mantêm a disfunção ativa por mecanismos neurofisiológicos e psicossomáticos (Amorim *et al.*, 2023). Dessa forma, a fisioterapia deve integrar estratégias de relaxamento, *biofeedback* e técnicas de conscientização corporal, que,

associadas ao acolhimento multiprofissional, demonstram maior eficácia nos processos de reabilitação.

É plausível afirmar que a fisioterapia pélvica melhora as contrações fásicas e tônicas das fibras musculares, ou seja, promove a reabilitação do assoalho pélvico, previne disfunções do sistema uroginecológico, fecal e sexual. O tratamento pode compreender técnicas de massagem perineal e dessensibilização, vale ressaltar que o tratamento fisioterapêutico adequado previne o prolapso de órgãos pélvicos, incontinência urinária e disfunções sexuais. (Bessa *et al.*, 2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto é possível afirmar que, a violência contra a mulher desencadeia uma série de malefícios, é possível enfatizar as disfunções uroginecológicas tais como: desejo sexual hipotativo, anorgasmia, vaginismo, dispareunia, dor pélvica e ressecamento vaginal. Desta maneira, a mulher pode desenvolver quadros de ansiedade e depressão que impactam diretamente na qualidade de vida.

Por fim conclui-se que o tratamento fisioterapêutico é essencial para o fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico, melhorando a qualidade das contrações proporcionando a consciência corporal, assim como a melhora significativa das disfunções sexuais que influencia diretamente no bem-estar da mulher, elevando sua confiança e autoestima.

REFERÊNCIAS

AMORIM, T. B.; SALES, W. B.; ARAÚJO, J. L. M. *at al.* Atuação da fisioterapia em casos de violência sexual contra mulheres: uma revisão integrativa. **Revista Ciências da Saúde Nova Esperança**, v. 20, n. 1, p. 77–88, 2023.

BESSA, G. R.; CRUZ, J. F. da; FIGUEIRA, Y. M. P.; ALVES, E. D. A eficiência da fisioterapia pélvica em pacientes com disfunções sexuais decorrentes de violências. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, v. 10, n. 10, p. 3996-4011, out. 2024. DOI:10.51891/rease.v10i10.16247

FIGUEIRA, Juliana Ribeiro. Impacto da violência sexual em mulheres com disfunção sexual [tese de mestrado]. Ribeirão Preto: **Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**, Universidade de São Paulo; 2020.

MELO, C. M.; FRANCO, A. C. R.; SOARES, M. Q. *at al.* Violência sexual contra mulheres e os processos de trabalho em unidades de saúde especializadas: avanços, desafios e resistências feministas. **Saúde e Sociedade**, v. 33, n. 2, e230470pt, 2024.

SILVA, A. R.; OLIVEIRA, A. F.; FERREIRA, B. S. Danos psicológicos causados pela violência doméstica contra a mulher. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2023.

SOUSA, R. V.; UCHÔA, A. M. V.; BARRETO, M. R. N. Fontes de informação sobre a violência contra a mulher no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, e-6628376, 2024.

Recebido em 19 de setembro de 2025.

Aceito em 31 de outubro de 2025.